

Sidney Madruga

Pessoas com
deficiência
e direitos
humanos

**ótica da diferença
e ações afirmativas**



4ª edição

2021

saraiva 

1198969

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

M183p Madrugada, Sidney

 Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da
 diferença e ações afirmativas / Sidney Madrugada. - 4. ed. - São
 Paulo : Saraiva Educação, 2021.
 288 p.

ISBN 978-65-5559-829-2

 1. Direitos humanos. 2. Pessoas com deficiência. 3.
 Ações afirmativas. I. Título.

2021-1101

CDD 341.4

CDU 341.4

Índices para catálogo sistemático:
 1. Direitos humanos 341.4
 2. Direitos humanos 341.4

saraiva
 EDUCAÇÃO

saraiva

 Av. Paulista, 901, 3º andar
 Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial Fernando Penteado

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sérgio Lopes de Carvalho
 Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Marisa Amaro dos Reis

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
 Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro
 Nicoly Wasconcelos Razuk

Diagramação Designios Editoriais

Revisão Caio Cobucci Leite
 Silvana Cobucci

Capa Roney Camelo

Produção gráfica Marli Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 30-3-2021

 Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

 Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
 qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
 Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
 na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607116 CAE 772043

SUMÁRIO

NOTA À 4ª EDIÇÃO	7
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – DIREITOS HUMANOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ABORDAGEM CENTRADA NO SUJEITO DE DIREITOS	17
1.1 Uma nomenclatura desprovida de preconceitos	17
1.2 Pobreza, exclusão e deficiência: a realidade do mercado global	24
1.3 Deficiência e exclusão social: correlação em números.	29
1.4 A deficiência como uma questão de direitos humanos: o modelo social e a crítica feminista	33
1.5 A teoria crítica dos direitos humanos. Direitos hu- manos como produtos culturais e processos de luta pela dignidade	40
1.5.1 Os novos atores sociais e a insuficiência do en- foque jurídico. A riqueza humana como critério de valor	47

CAPÍTULO 2 – A ÓTICA DA DIFERENÇA: UMA NOVA PERSPECTIVA DE DIREITOS HUMANOS.....	55
2.1 Uma perspectiva nova, integradora, crítica e contextualizada de direitos humanos	55
2.2 O enfoque do diálogo intercultural na linguagem dos direitos	60
2.3 Os valores da dignidade, autonomia, solidariedade e igualdade na órbita da deficiência. Igualdade de oportunidades, reconhecimento da diferença e não discriminação	66
2.3.1 A dignidade dos excluídos	67
2.3.2 A autonomia integrada à dignidade humana....	72
2.3.3 Solidariedade num mundo de valores individuais	75
2.3.4 Igualdade na diferença	78
2.3.5 A não discriminação.....	97
CAPÍTULO 3 – AÇÕES AFIRMATIVAS COMO UM INSTRUMENTO DE DIREITOS HUMANOS.....	109
3.1 A historicidade das ações afirmativas: precedentes normativos e judiciais na experiência norte-americana...	109
3.2 Conceitos e terminologias. A não temporariedade das ações afirmativas.....	130
3.2.1 Ação afirmativa e ação positiva.....	131
3.2.2 Discriminação positiva e discriminação inversa	138
3.2.3 Cotas e metas	139
3.3 Acepções e imprecisões terminológicas no Sistema Internacional, Comunidade Europeia, Espanha e Brasil....	141
3.4 Elementos e natureza jurídica das ações afirmativas.	151
3.4.1 A ação afirmativa no combate às relações sociais de subordinação	158

CAPÍTULO 4 – AÇÕES AFIRMATIVAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO E ESPANHOL EM MATÉRIA DE DEFICIÊNCIA	165
4.1 A Constituição do Brasil e a pessoa com deficiência	166
4.2 As ações afirmativas perante o ordenamento constitucional brasileiro	170
4.3 A Constituição da Espanha e a pessoa com deficiência.	180
4.4 As ações afirmativas perante o ordenamento constitucional espanhol.....	185
CAPÍTULO 5 – A CONVENÇÃO DA ONU, A LEI GERAL ESPANHOLA E A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO: INSTRUMENTAIS JURÍDICOS EM FAVOR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	193
5.1 A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Geral Espanhola de Direitos das Pessoas com Deficiência e de sua Inclusão Social.....	195
5.1.1 A Convenção da ONU: aspectos relevantes.....	195
5.1.2 A adaptação razoável e o desenho universal: ferramentas de direitos humanos para a plena acessibilidade	200
5.1.3 A Lei Geral Espanhola de Direitos das Pessoas com Deficiência e de sua Inclusão Social (Real Decreto Legislativo n. 1/2013)	211
5.1.4 A normalização, o diálogo civil e a transversalidade: princípios inspiradores da legislação espanhola	215
5.2 A Lei Brasileira de Inclusão: questões no âmbito eleitoral	220
5.2.1 A capacidade eleitoral das pessoas com deficiência: contexto brasileiro e espanhol.....	223
5.2.2 A curatela como medida excepcional	225
5.2.3 Seções eleitorais especiais.....	230

CAPÍTULO 6 – INICIATIVAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO BRASIL: ATUAÇÃO E TUTELA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	235
6.1 O reconhecimento judicial e extrajudicial de direitos humanos das pessoas com deficiência a partir das iniciativas do Ministério Público Federal no Brasil	235
6.2 Mecanismos e formas de atuação do <i>Parquet</i> : composição de conflitos	236
6.2.1 O hiperdimensionamento do princípio da independência funcional.....	237
6.3 A atuação do Ministério Público na defesa das pessoas com deficiência.	240
6.4 A práxis jurídica na tutela das pessoas com deficiência: experiências do autor no âmbito do Ministério Público Federal	243
6.4.1 Direito à educação para surdos no ensino superior: uma realidade no Estado da Bahia.....	244
6.4.2 Uma criança com síndrome de Down: o direito à vida.....	256
6.4.3 Direito à acessibilidade à Faculdade de Medicina	259
REFERÊNCIAS	267